

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

APEOESP define luta contra reforma da Previdência e por reajuste salarial como eixos centrais

Reunida na sexta-feira, 8/2, a Diretoria Executiva da APEOESP definiu o calendário de mobilização imediata do nosso Sindicato frente aos desafios da conjuntura e às necessidades da nossa categoria.

I. Contra a reforma da Previdência!

Os dirigentes avaliaram a conjuntura nacional, principalmente no que se refere à versão que está circulando nos meios de comunicação sobre a reforma da Previdência que seria encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo Bolsonaro. Há informações contraditórias sobre essa proposta, não confirmada oficialmente pelo próprio governo.

A APEOESP está atenta à essa questão e produzirá uma cartilha para a nossa categoria tão logo seja encaminhada a proposta oficial ao Congresso Nacional. Também realizaremos uma webconferência em data a ser definida.

Não aceitamos reforma da Previdência para resolver problema fiscal do Estado

Não aceitamos que uma reforma da Previdência seja utilizada para resolver questões fiscais do Estado às custas no nosso direito à aposentadoria. Mais do que isso, defendemos o conceito de Seguridade Social que está na Constituição Federal, envolvendo o Sistema Único de Saúde e o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social. Defendemos que a Seguridade Social continue a ser matéria constitucional e não, como pretende o governo Bolsonaro, que possa ser legislada por meio de leis complementares para retirar direitos e impor novas exigências.

Em defesa da seguridade social

A previdência social no Brasil é um direito social e

possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais. Também existem os sistemas previdenciários próprios dos servidores públicos, em suas diferentes esferas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Previdência Social atenderá melhor os direitos e necessidades dos trabalhadores, do setor público e do setor privado, quanto mais dinâmica for a economia nacional e quanto mais pessoas estiverem empregadas e contribuindo para o sistema previdenciário. Entretanto, desde o golpe que retirou a presidenta Dilma da Presidência da República, em 2016, a política econômica tem levado ao desemprego e à informalidade. Hoje, pelo menos 37,5 milhões de pessoas trabalham "por conta própria", reduzindo a base de arrecadação da previdência social.

Outra forma de garantir a saúde financeira da Previdência, e que é uma obrigação do Estado, é o combate à sonegação fiscal e a cobrança dos grandes devedores. Apenas para citar um exemplo, os bancos, que serão beneficiados pela inclusão da previdência complementar na reforma da Previdência, devem mais de R\$ 1,2 bilhão.

Greve geral

Por isso, a luta contra a reforma da Previdência é um eixo central da nossa mobilização neste início de ano. Como está expresso no Manifesto aprovado na reunião do Conselho Estadual de Representantes realizada em 13/12/18, a APEOESP levará à Central Única dos Trabalhadores e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação a proposta de realização de uma greve geral para barrar essa reforma.

Estamos atentos a essa questão e prontos a nos

mobilizar, sobretudo a partir do momento em que a proposta oficial do governo for divulgada.

Em São Paulo, o governador Doria já anunciou que pretende aumentar a alíquota da previdência estadual de 11% para 14%, assim como fez Bruno Covas, seu sucessor na Prefeitura de São Paulo. Por isso, nós, da APEOESP, não apenas estamos nos preparando para esse embate, como manifestamos nosso apoio aos servidores municipais de São Paulo que estão em greve para anular a reforma votada pela Câmara Municipal no final do ano. Veja moção abaixo.

II. Reajuste salarial já!

Em janeiro, o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) foi reajustado em 4,17%. Com isso, aumentou a defasagem entre nosso salário base e o PSPN. Parte dessa defasagem está contida no reajuste de 10,15% (retroativo a janeiro de 2017), pelo qual estamos lutando junto ao governo do Estado e ao Supremo Tribunal Federal (STF), tendo em vista que vencemos em todas as instâncias, mas o STF "travou" o pagamento.

Além dos 10,15%, para recuperarmos parte do poder de compra dos nossos salários ao que era em julho de 2014, precisamos de mais 14,54% de reajuste, sempre trabalhando na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação, que define a equiparação de nossos salários à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.

Desta forma, a Diretoria Executiva decidiu propor

para o debate na categoria a reivindicação de reajuste imediato de 14,54%, além de prosseguirmos a luta pelo pagamento dos 10,15%.

III. Com base no debate realizado, definiu-se o seguinte calendário:

Dia 20/2 – quarta-feira – 10 horas – Praça da Sé – Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora e Dia Nacional de Mobilização contra a reforma da Previdência – convocação das centrais sindicais e frentes populares.

Dia 22/2 – sexta-feira - reunião do Conselho Estadual de Representantes.

Dia 8/3 – sexta-feira - Dia Internacional da Mulher – as subsedes da APEOESP devem organizar a participação nos atos locais e, dentro das possibilidades, participar do ato centralizado em São Paulo. Novas instruções serão enviadas.

Dia 12/3 – terça-feira - reunião de Representantes de Escolas/Representantes de Aposentados

Dia 14/3 – quinta-feira - Manifestação "Justiça para Marielle"

Dia 22/3 – sexta-feira - reunião do Conselho Estadual de Representantes; indicativo de assembleia estadual dos professores, seguida de ato público Em Defesa de uma Educação Sem Censura

Dia 26/3 – terça-feira – reunião da CNTE – APEOESP irá propor organização da greve geral.

Dias 26 e 27/4 – VII Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP

Fechamento de classes

Reforçamos a orientação divulgada no Boletim Informa Urgente 10, para que as subsedes que ainda não o fizeram encaminhem-nos informações sobre

o número de classes fechadas em suas regiões. Os dados devem ser enviados para o email presiden@apeoesp.org.br

ANEXOS

Moções:

I. Aos servidores municipais de São Paulo

Estamos juntos na luta em defesa do direito à aposentadoria!

A APEOESP vem a público expressar seu irrestrito apoio à greve dos servidores públicos municipais de São Paulo pela revogação da lei que criou a Sampaprev e aumentou a alíquota de contribuição dos servidores para a previdência municipal de 11% para 14%.

Mais que apoio e solidariedade, estamos engajados na luta em defesa da seguridade social e do direito à aposentadoria, seja em nível nacional quanto na capital e no âmbito do Estado de São Paulo, cujo governador João Doria já anunciou a intenção de realizar a reforma, aumentando também a alíquota de contribuição.

Nossa posição é clara: o direito dos trabalhadores à aposentadoria não pode ser utilizado para resolver o déficit fiscal do Estado, em âmbito federal, estadual ou municipal. A previdência é sustentada pelas contribuições do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. Portanto, a saída para qualquer dificuldade no sistema previdenciário está na dinamização da economia, na ampliação do emprego formal, no combate à sonegação empresarial, quando sabemos que somente os bancos devem em torno de R\$ 1,2 bilhão em contribuições previdenciárias não recolhidas.

Embora a proposta oficial do governo Bolsonaro ainda não tenha sido divulgada, o que se sabe até o momento é que penaliza os trabalhadores e o funcionalismo público, mas não ataca os privilégios do poder legislativo, do judiciário e dos altos cargos do poder executivo em todos os níveis.

Estamos juntos na luta. Para derrotar o desmonte da previdência, o caminho é a greve geral. A unidade do funcionalismo e da classe trabalhadora é a chave para a vitória.

Maria Izabel Azevedo Noronha

Presidenta da APEOESP

II. Nova condenação de Lula é atentado à democracia

Em nome das professoras e dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo, a APEOESP expressa sua indignação com a condenação a 12 anos e 10 meses de prisão imposta pela juíza Gabriela Hardt ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela suposta posse de um sítio em Atibaia, supostamente favorecido por uma reforma que teria sido patrocinada pela empreiteira OAS.

A juíza Gabriela Hardt proferiu a sentença na condição de substituta do juiz Sérgio Moro, hoje ocupando o cargo de ministro da Justiça por ter condenado Lula no processo do triplex do Guarujá, impedindo-o de concorrer na eleição presidencial, o que facilitou a vitória de Jair Bolsonaro. É absurdo que uma juíza substituta profira uma sentença dessa envergadura às vésperas da posse do novo juiz titular, para evitar que esse novo juiz examinasse o caso e tomasse a decisão.

Na sentença, a juíza sustenta que a condenação se deu baseada na delação de José Aldemário Pinheiro e de Léo Pinheiro, desconhecendo tratar-se da mesma pessoa. A pena foi aplicada sem que a materialidade do suposto crime tenha sido demonstrada, chegando a juíza ao ponto de justificar a condenação devido ao fato de que “o sítio foi mais usado por Lula do que pelo proprietário”.

Outra irregularidade gritante é que a juíza condenou o ex-presidente Lula por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, o que seriam crimes continuados e, por isso, não poderiam levar a novas condenações, porque esses eventuais crimes seriam os mesmos atribuídos no caso do apartamento do Guarujá, que levaram à primeira condenação.

Repudiamos essa nova condenação por se tratar de uma flagrante injustiça e por representar um atentado contra a democracia. Não há plena democracia se não são assegurados os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição.

Repudiamos também a desumana decisão da justiça que impediu Lula de comparecer ao velório de seu irmão mais velho, Vavá, quando sabemos que mais de 178 mil presos se beneficiaram desse direito em 2018.

Lula livre é uma causa a ser assumida por todos os democratas e não uma simples frase de efeito. Por isso nós, da APEOESP, estamos nessa luta, pois sem democracia não existe espaço para reivindicarmos nossos direitos.

Lula livre!

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

III. APEOESP solidária às vítimas de Brumadinho

A APEOESP expressa sua solidariedade aos familiares e amigos das vítimas do crime ocorrido em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro, quando uma barragem da Companhia Vale do Rio Doce rompeu-se, atingindo ampla área e deixando centenas de pessoas feridas, mortas e desaparecidas.

O crime de Brumadinho vem se somar ao crime anterior da Vale do Rio Doce ocorrido em Mariana (MG), até hoje impune, pois o mesmo Tribunal Federal da 4ª Região, que condenou o ex-presidente Lula no tempo recorde de 6 meses, há três anos mantém o processo, sem condenar nenhum dos acusados.

A morte de tantas pessoas, grande parte delas funcionárias da própria Vale do Rio Doce, deve ser creditada à empresa, bem como aos órgãos de fiscalização, mas também são resultados do processo golpista que se iniciou em 2016 e prossegue com a eleição de Jair Bolsonaro.

Os governantes que assumiram em 2016 deixaram claro seu descompromisso com a questão ambiental. O atual presidente foi mais além, divulgando amplamente a intenção de flexibilizar as leis ambientais e criticando órgãos como o Ibama por multarem empresários que não cumprem a legislação. Mais ainda, o atual ministro do Meio Ambiente (órgão que quase foi extinto pelo governo Bolsonaro) está condenado pela justiça por favorecer empreiteiras de forma fraudulenta.

Juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e demais movimentos populares, estamos juntos nessa luta, pois no Brasil há pelo menos 24 mil barragens, não havendo um estudo confiável quanto a suas condições de segurança. Dados do governo federal, referentes a 2017, mostram que apenas 780 haviam sido fiscalizadas.

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP